

Preocupações com agosto

A situação econômica continua agravando-se, o que torna o quadro político bem mais tenso. Apesar das medidas adotadas pelo Governo, quase todas penalizando os assalariados, a inflação aumenta diariamente, criando um clima psicológico adverso extremamente negativo. A discussão sobre o pacto social, suscitado desde o início desta infeliz Nova República, não durou, agora, uma semana. E que todos defendem o pacto mas o sacrifício tem de ser dos outros.

A votação do segundo turno da Constituinte começa sob um clima de nitido confronto entre o Legislativo e o Executivo, que, seguramente, não beneficia a Nação. A nova Constituição tem, sem dúvida, artigos demagógicos, eleitoreiros, que precisam ser revistos. Há concessões até incorretas do ponto de vista ético, como a anistia para os devedores do Plano Cruzado e a que beneficia os sonegadores do Imposto de Renda. Não os que foram glosados por erro ocasional de cálculo e sim os que deixaram de pagar há anos e disso se orgulham.

O Legislativo daria excelente prova de maturidade se eliminasse do texto constitucional os excessos prejudiciais ao erário. Não se trata de atender às ponderações do Governo, porém de reconhecer os abusos cometidos e compreender que a Nação está acima de quaisquer interesses pessoais ou partidários. Inviabilizar o Governo é pôr em risco a estabilidade institucional, o que

ninguém pode desejar, pois se isso ocorrer ninguém pode saber como terminará.

A culpa do Legislativo não é menor do que a do Executivo. Há dias o ministro da Previdência anunciou que não haveria dificuldades para pagar os novos benefícios, já que espera recursos do Finsocial, do lucro das empresas e do reajustamento das alíquotas previdenciárias. Como não haverá se o Finsocial está todo comprometido, se as empresas são tributadas em demasia e se os trabalhadores pagam uma alíquota bastante alta em termos percentuais? Muito estranha essa afirmação porque outros setores do Governo informam que o deficit da Previdência corresponde a 1,8 por cento do PIB. Não pode a Previdência fazer novas concessões se não suporta os compromissos atuais.

O Governo comunica que fechou os cofres, o que seria um êxito dos ministros do Planejamento e da Fazenda, porém outros ministros se queixam das "pressões decorrentes das eleições municipais", o que permite aos desconfiados suporem a abertura do erário para os mais necessitados, geralmente os mais chegados. Havendo cedido às pressões do Governo de São Paulo, que não honrou seus compromissos, o Executivo Federal ficou em dificuldades para realmente fechar o cofre porque os outros estados têm o direito de reivindicar igualdade de tratamento. A situação é muito delicada e tende a piorar quando agosto chegar.